

Paulada na inflação vai ser dada em outubro

Sandro Silveira

O plano de combate direto à inflação pode começar em outubro, conforme, informação de importante membro, da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a definição do início do plano está diretamente ligada à revisão constitucional e aos encontros que o ministro mantém em Washington (EUA) durante esta semana. Ontem, Cardoso conversou com o diretor gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus.

O interlocutor de Cardoso descreveu quando o assunto é a possibilidade de a unificação cambial vir em outubro e com ela algum tipo de âncora. Dentro de alguns dias o Banco Central anunciará que transações de baixo valor em dólar poderão ser feitas baseadas no câmbio turístico.

A medida vai abrir mais espaço para a unificação cambial. Estes negócios envolveriam pagamentos de multas contratuais, despesas aeroportuárias e compra de remédios, por exemplo. O objetivo seria mostrar que a equipe econômica não está inerte e a unificação cambial é mesmo um objetivo.

Arrecadação - O meio básico de combate à inflação previsto pelo plano é garantir credibilidade ao Cruzeiro Real, o que só pode ser obtido atrelando-o, de alguma forma, a uma moeda forte, o dólar. O aumento de arrecadação é imprescindível e pode ser buscado independentemente da revisão constitucional.

O processo revisional conturbado pode levar o Governo a iniciar o plano em outubro até mesmo como forma de pressionar os parlamentares a aprovarem algum tipo de reforma fiscal para 1994. Como alternativa à ausência desta, o Ministério da Fazenda pode elevar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A atual elevação da taxa de juro teria por objetivo começar a quebrar essa inércia relativa à ação

governamental, evitar elevação da inflação e fuga de ativos em direção ao dólar. Membro da equipe de Cardoso diz que o presidente Itamar Franco teria aceitado isso, porque dentro de pouco tempo viriam outras medidas.

FMI - Não será difícil para Fernando Henrique Cardoso obter apoio do Fundo Monetário Internacional para o uso de âncora cambial no Brasil. O organismo divulgou documento - Perspectivas do Mundo Econômico - em que elogia o uso desse artifício para combater casos crônicos de inflação.

Membro da equipe de Cardoso destacou o exemplo da Estônia, citado no documento. "Este país utilizou o marco alemão como referência para a própria moeda (âncora cambial) e usou o Conselho da Moeda (efeito monetário) concomitantemente à prática de uma reforma fiscal (equilíbrio nas contas públicas)", disse. Lara Resende escreveu artigo acadêmico defendendo o uso do Conselho da Moeda no Brasil.

A possibilidade de Cardoso vir a adotar medidas diretas de combate à inflação ainda em outubro confirma a ascensão das idéias de André Lara Resende, negociador da dívida externa, em detrimento das do secretário de Política Econômica, Winston Fritsch.

Conselho - Resende ocupou o espaço aberto por uma espécie de desespero do ministro. Pressionado pelo Palácio do Planalto, Congresso Nacional, principalmente PMDB, e sociedade, por medidas de combate à inflação que caminha para 40 por cento ao mês, Cardoso abriu seus ouvidos para alguém que lhe dissesse que é possível fazer algo antes de aprovada a reforma fiscal.

Dessa forma o timing de adoção de medidas mais fortes deixaria de ser o primeiro trimestre de 1994 e passaria a ser o fim deste ano. O interlocutor de Cardoso afirma que a ampliação do Programa de Privatização não compõe o quadro de novas decisões de combate direto à inflação, mas pode ser apresentado como tal. Elas estão previstas há dois meses, conclui.

Indefinições

- * Cobrança do IPMF em 1994.
- * Déficit de 20 bilhões de dólares no orçamento fiscal.
- * Déficit de até sete bilhões de dólares no orçamento da Seguridade Social.
- * Dificuldades relativas à aprovação de ajuste fiscal na revisão constitucional.
- * Posição do FMI e comunidade internacional.

Ações

- * Aumento do IOF do IPI.
- * Corte de gastos.
- * Gestões junto ao STF para que defina logo o pagamento Finsocial e Cofins.
- * Se há dúvidas sobre o ajuste, passa a ser viável a adoção agora, de medidas que visem ao combate direto à inflação, sem choques na economia.
- * Fernando Henrique Cardoso conversa com o diretor do FMI e membros dos sete países capitalistas mais fortes.

Uma alternativa de combate à inflação

O Governo prepara a unificação cambial. Ela fortalece a permanência e a entrada de dólares no País. Estaria aberto o caminho para algum tipo de âncora cambial e até mesmo para a criação do Conselho da Moeda. O Banco Central faria rígido controle sobre a base monetária, o que implicaria em elevação das taxas de juros.

Iesp contesta criação de "moeda boa"

A ascensão de André Lara Resende na equipe econômica aumentou a discussão em torno do Currency Board (Conselho da Moeda), por ele proposto, em artigo acadêmico como um dos componentes de plano de combate à inflação. Em sua última edição, o Instituto de Economia do Setor Público (Iesp) apresentou vários questionamentos. Um deles é o de que os assalariados podem sair perdendo.

O Conselho da Moeda seria independente do Banco Central e emitiria uma nova moeda (título), em quantidade limitada, lastreada nas reservas cambiais, que circularia ao lado do Cruzeiro Real. Isso seria feito porque o Brasil não possui reservas suficientes para dolarizar a economia e permitir a livre conversibilidade como ocorre na Argentina.

Artigo assinado pelos economistas Fernando Arruda Sampaio e Cristian Andrei explica que "a proposta de criação do 'dólar brasileiro' (moeda boa) visa a evitar a valorização cambial, permitindo que a taxa de câmbio na moeda velha (Cruzeiro Real — podre) flutue de acordo com o mercado".

Ajuste — Essa proposta procura, também, "contornar a insuficiência de reservas cambiais pela limitação da emissão de uma nova moeda à aquisição de divisas pelo Conselho". Os dois economistas tocam diretamente no ponto que levou Lara Resende a ser mais ouvido pelo ministro da Fazenda.

"A proposta tem base na hipótese de que o convívio das duas moedas forçará o ajuste das contas públicas e o tornará mais factível. Supõe-se que o aparecimento de uma moeda estável detonará uma recuperação do nível de atividades, ampliando a arrecadação de tributos".

Para estes economistas do Iesp não há garantias de que "a impossibilidade de o Tesouro recorrer à

emissão de moeda nova para se financiar eliminará os conflitos de interesse entre unidades da Federação, grandes credores e fornecedores do Estado, que têm emperrado o reordenamento das finanças públicas. Permanece a possibilidade de que o jogo de forças conduza ao esvaziamento do Conselho da Moeda".

Perdas — O artigo observa que "o acesso à moeda boa seria fortemente condicionado pela capacidade dos diversos agentes de defenderem suas rendas e seu patrimônio da inflação. O fato pode impor uma distribuição de perdas bastante regressiva".

"Os assalariados, por exemplo, se continuassem a receber na moeda podre", avalia o artigo, "tenderiam a ser sacrificados pela aceleração de preços que deve ocorrer, seja devido à fuga em direção à moeda nova ou como consequência de eventual disparada das taxas de juros, promovida para inibir essa fuga".